

## RACISMO NO BRASIL: REFLEXOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL<sup>1</sup>

Geovanna Alves de Sena<sup>2</sup>  
Universidade Estadual de Goiás-UEG  
Unidade Universitária de Campos Belos  
geovannaalvesdesena98@gmail.com

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo analisar o racismo no Brasil e seus reflexos na Educação Infantil. O texto discute a temática é uma questão presente em diversos países, inclusive no Brasil, que é um problema estrutural e enraizado na sociedade brasileira desde a época da colonização. Os resquícios históricos da escravização dos negros no país refletem até hoje em nossa sociedade em forma de desigualdade, o que afeta diversos aspectos da vida cotidiana, nas escolas, e inclusive na Educação Infantil. O estudo caracteriza-se a partir de uma abordagem qualitativa com os seguintes procedimentos metodológicos utilizados: pesquisa bibliográfica, a fim de que houvesse um maior aprofundamento significativo e entendimento sobre o tema proposto. Para fundamentar esta pesquisa foi utilizado referenciais teóricos de autores, como: Cavalleiro (2004); Guimarães (2002); Gomes (2005) entre outros. Os resultados nos mostram que na educação, o racismo se reflete em diversas formas de exclusão e preconceito, e que a escola é um local onde o mesmo pode ser perpetuado ou combatido, dependendo das atitudes e políticas adotadas. Assim, as práticas antirracistas na educação infantil são extremamente importantes para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo, Educação Antirracista, Educação Infantil.

**ABSTRACT:** The present work aims to analyze racism in Brazil and its effects on Early Childhood Education. The text discusses the theme is an issue present in several countries, including Brazil, which is a structural problem and rooted in Brazilian society since the time of colonization. The historical remnants of the enslavement of blacks in the country still reflect in our society in the form of inequality, which affects various aspects of everyday life, in schools, and even in Early Childhood Education. The study is characterized from a qualitative approach with the following methodological procedures used: bibliographic research, so that there was a greater significant deepening and understanding of the proposed theme. To substantiate this research, theoretical references of authors were used, such as: Cavalleiro (2004); Guimaraes (2002); Gomes (2005) among others. The results show us that in education, racism is reflected in various forms of exclusion and prejudice, and that the school is a place where it can be perpetuated or fought, depending on the attitudes and policies adopted. Thus, anti-racist practices in early childhood education are extremely important to build a fairer and more egalitarian Society.

**KEY-WORDS:** Racism, Anti-racist Education, Early Childhood Education.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela professora Rosângila Domingos Gualberto como requisito para conclusão do Curso de Pedagogia.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás-UEG Unidade Universitária de Campos Belos.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país conhecido por sua diversidade étnica e cultural, porém, essa diversidade não é sinônimo de igualdade social e racial. O racismo é uma realidade presente na sociedade brasileira desde a época da colonização e ainda se manifesta de diversas formas na atualidade afetando a vida de muitas pessoas.

Esse fenômeno não fica restrito aos ambientes familiares ou de lazer, mas se faz presente também nas instituições escolares. A escola, como espaço de formação de cidadãos, tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva, ao se fazer presente nesse ambiente, o racismo pode comprometer essa construção.

Nesse sentido, a Educação Infantil (zero a seis anos), se apresenta como um momento crucial para a promoção de valores e atitudes que favorecem a convivência respeitosa e a valorização da diversidade. As crianças, nessa fase, estão em processo de formação de sua identidade e percepção de mundo, e o papel da escola é fundamental para contribuir nesse processo. Desse modo, é importante que sejam mantidas estratégias e práticas pedagógicas antirracistas na escola e especialmente na Educação Infantil, para que se garanta um ambiente escolar respeitoso e inclusivo para todos.

Esse artigo tem como base a pesquisa bibliográfica, que por sua vez apresenta como uma ferramenta importante para subsidiar essa discussão. Assim, no decorrer do artigo, serão abordados os principais aspectos relacionados ao racismo no Brasil, suas consequências na escola e na Educação Infantil, bem como práticas pedagógicas que podem contribuir para a promoção de uma educação antirracista. Autores como Cavalleiro (2004), Guimarães (2002), e Gomes (2005), contribuem para a discussão desse tema, enfatizando a importância de uma educação antirracista e intercultural.

O trabalho está dividido em três seções. A primeira seção apresenta uma breve apresentação do racismo no Brasil, contextualizando sua origem histórica e a influência da escravização dos negros na formação da sociedade atual. A segunda seção aborda a escola como reflexo da sociedade, destacando como o racismo se manifesta nas instituições educacionais e quais são seus impactos na formação das crianças. Por fim, a terceira seção discute a importância da luta antirracista e sua contribuição na Educação Infantil para a formação da identidade negra, ressaltando estratégias e práticas que podem ser adotadas para combater o racismo nas escolas.

## 1. UMA BREVE APRESENTAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL

O racismo está presente nas relações desde a mais distante história da humanidade. No Brasil, tem seu início no século XVI, período em que houve a colonização, quando se inicia o processo de escravização dos africanos para fins capitalistas. Durante esse período os africanos eram capturados em seu continente, e embarcados em grandes navios negreiros. A sua locomoção era feita dentro dos porões desses navios, em situação totalmente desumana o que desencadeava a morte de muitos deles.

Após serem arrancados de seu território e trazidos para solo brasileiro, os negros no Brasil Colonial eram submetidos a todos os tipos de tarefas, desde os trabalhos de sol a sol nas grandes lavouras de cana-de-açúcar e café, até os diversos serviços nas chamadas casas grandes. Apesar de realizarem todos os tipos de tarefas, viviam em condições extremamente insalubres e trabalhavam excessivas horas diárias, além de serem submetidos a severos castigos por qualquer tipo de desobediência aos seus senhores, o que era uma maneira de inferioriza-los.

A forma na qual os negros foram integrados, e tudo a que foram submetidos em nossa sociedade, fizeram com que fossem reduzidos a simples peças, ou objetos. Sendo visto como instrumentos de trabalho. E era dessa maneira “que a perversidade da organização social escravista organizava a sociedade criando um mundo de senhores e escravos proprietários e propriedades, dono e mercadorias” (PINSKY, 2000, p.45).

Somente em 13 de maio de 1888 após um longo processo de lutas e mobilização da sociedade brasileira, é assinada a Lei Áurea, que proibia que negros fossem escravizados no país. Munanga (2006a), em sua obra “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra”, aponta que:

A escravidão no Brasil foi uma das mais longas e brutais da história, e a violência e a brutalidade do sistema escravista tiveram efeitos duradouros sobre a sociedade brasileira. O racismo que se desenvolveu durante esse período continua a ser um problema central na sociedade brasileira, afetando a vida de milhões de afro-brasileiros (MUNANGA, 2006a, p. 23).

Após a assinatura da Lei Áurea, os ex escravizados foram inseridos na sociedade sem nenhum tipo de amparo, muitos negros foram deixados desprovidos de terras e moradias, emprego ou educação adequada, o que dificultou a sua inserção na sociedade. Nesse período, surgem novas formas de política de branqueamento, também conhecida como embranquecimento. Essa ideologia baseava-se na crença de que o Brasil só poderia progredir

se a população se tornasse predominantemente branca, o que era uma tentativa de eliminar ou diminuir a presença negra na sociedade.

Nessa perspectiva, Costa (2010), apresenta a política de branqueamento pós abolição como uma abordagem de incentivo a imigração de brancos para o Brasil. O governo oferecia terras e oportunidades de trabalho para atrair imigrantes, principalmente italianos, portugueses e espanhóis, com o objetivo de aumentar a proporção de pessoas brancas na população. O objetivo de clarear a população surge antes da assinatura da Lei Áurea, como por exemplo com a de promoção da miscigenação entre brancos e mulatos, com a esperança de "clarear" a população. Essas ações refletiam a mentalidade racista, que considerava a miscigenação como uma forma de elevar o padrão branco. (COSTA, 2010).

Todas essas ações refletem a tentativa de diminuição do negro na sociedade em relação ao branco, e a supervalorização dos padrões europeus, contribuindo para os problemas de cunho social, econômico nesse período, e que mais tarde contribuiria para os problemas que temos hoje.

Em 1988, um século após a Abolição da Escravidão, os brasileiros conquistam a Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro. O artigo 5º dessa Constituição estabelece que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; (BRASIL, 1988).

Mesmo após a Constituição Federal que surge como uma esperança na busca pela igualdade, o racismo persiste, mudando apenas as aparências das relações pautada na falsa ideia de igualdade, mas com a mesma essência do modelo do Brasil colonial, onde o negro continua a ser reduzido diante do branco nas diversas esferas da sociedade. Deixando clara a herança e o peso da história sobre a sociedade atual na construção de uma identidade negativa do negro em vários âmbitos da sociedade.

Nesse sentido, de acordo com Guimarães (2002):

O racismo é uma forma de distinção que se baseia na crença de que existem diferenças biológicas entre as raças humanas que justificam tratamentos desiguais. Ele se caracteriza por um conjunto de práticas, atitudes e valores que reforçam a superioridade de certos grupos raciais em relação a outros (GUIMARÃES, 2002, p. 7).

Assim, é possível compreender o racismo como uma forma de identificação baseada em características físicas ou culturais que são consideradas diferentes e inferiores por um grupo dominante em relação a outros grupos. Ou seja, uma ideologia que sustenta a superioridade de uma raça sobre os demais e que pode se manifestar de maneiras diferentes, desde insultos e agressões verbais até a exclusão social, a violência física e a manifestação sistêmica em instituições e políticas públicas.

O princípio da igualdade reconhece que todos os seres humanos têm o mesmo valor intrínseco e devem receber tratamento igual perante a lei e na sociedade em geral. O racismo nega esse princípio, pois trata certos grupos raciais ou étnicos de maneira inferior ou injusta, com base em estereótipos e preconceitos infundados. Além disso, o racismo viola a dignidade humana, que é o direito inalienável de cada pessoa ser valorizada, respeitada e tratada com justiça.

O racismo não reconhece a individualidade e o valor único de cada pessoa, reduzindo-as a estereótipos e generalizações baseadas em sua etnia. Ele também nega a liberdade das pessoas, pois impõe limitações, restringindo as oportunidades de educação, emprego, habitação e participação na sociedade de maneira igualitária, negando às pessoas o direito de exercer plenamente suas liberdades individuais.

Compreendendo assim que, a ideologia da superioridade racial branca foi disseminada como uma maneira de justificar a escravidão e estabelecer uma hierarquia social baseada na cor da pele. Essa hierarquia ainda reflete na sociedade brasileira, alimentando as desigualdades e preconceitos.

É importante destacar que para Gomes (2005) o racismo não tem fundamento científico ou biológico. A ideia de raças humanas superiores ou inferiores foi desacreditada pela comunidade científica há décadas. A noção de raça é uma construção social e cultural que foi usada para justificar a exploração e a dominação de certos grupos ao longo da história.

Nesse sentido, o racismo surge a partir de um conjunto de ideias, crenças e valores que são difundidos por indivíduos e grupos que se beneficiam da opressão e exploração de outros que são construídas socialmente a partir de estereótipos, preconceitos e generalizações que reforçam a ideia da superioridade de um grupo em detrimento de outro. O racismo pode ser enraizado em sistemas políticos, sociais e psicológicos que irá desencadear a desigualdade e a marginalização de certos grupos, como no caso do racismo estrutural.

Uma característica peculiar do racismo no Brasil é a existência do mito da democracia racial em que todas as etnias convivem em harmonia e igualdade. No entanto, a realidade é bem

diferente. O mito da democracia racial mascara as desigualdades raciais e impede o enfrentamento das questões de forma efetiva. Dessa forma, “[...] como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento.” (GOMES 2005, p.57).

Ao negar a existência dessas desigualdades e afirmar uma suposta igualdade, o mito da democracia racial perpetua a invisibilidade e o silenciamento das vozes e experiências da população negra. Também dificulta a implementação de políticas públicas e ações afirmativas que visem corrigir as injustiças históricas e promover a igualdade racial.

Embora existam pessoas de diferentes origens étnicas convivendo no Brasil, a estrutura social ainda é permeada por desigualdades raciais. Indicadores sociais como renda, acesso à educação, saúde e oportunidades de emprego mostra uma diferença significativa entre brancos e negros. Além disso, a violência racial e o preconceito cotidiano são uma realidade para muitos indivíduos negros no país.

Essas disparidades não são apenas resultado de diferenças individuais, mas sim de um sistema estrutural que perpetua o racismo e suas consequências. O racismo se manifesta através de preconceitos arraigados, estereótipos negativos, discriminação institucionalizada e barreiras que dificultam a mobilidade social e o pleno exercício dos direitos para pessoas negras.

## **2. A ESCOLA COMO REFLEXO DA SOCIEDADE**

Até aqui foi possível fazer uma retomada ao início das relações sociais no Brasil que influenciaram as relações raciais que temos hoje, e compreender as raízes do racismo no solo brasileiro. Mas qual a relação da escola e o racismo?

A escola é compreendida como uma instituição fundamental na formação dos indivíduos e no desenvolvimento das sociedades, pois é nela que as crianças e jovens aprendem as normas sociais, os valores culturais e as formas de comportamento que são aceitas na sociedade. A escola pode ser entendida como um espaço de convivência e troca de experiências, onde os alunos aprendem a conviver em sociedade, respeitando a diferença.

De acordo com Barros (2005) a escola não é um espaço separado do restante da sociedade sendo que dessa forma ela também é afetada pelo racismo. Nesse sentido, a escola é o reflexo da sociedade em que está inserida. Isso porque é um espaço social que acolhe diferentes pessoas com diferentes histórias de vida, culturas, valores e visões de mundo. Assim,

as práticas, os valores e as ideias que permeiam a sociedade também se manifestam dentro da escola.

Barros (2005, p. 28) ainda aponta que “historicamente, o modelo educacional brasileiro supervalorizou as contribuições culturais europeias em relação as culturas socialmente consideradas menos importantes, como a negra e a indígena”. Esse fato fica nítido ao analisarmos as representações nos livros didáticos, onde se tem pouca informação sobre o povo negro, e a forma que são representados.

Isso pode incluir retratos de negros como preguiçosos, inferiores, criminosos ou como pessoas sem realizações significativas, além da ausência de personagens e figuras negras em ilustrações. A apresentação de uma perspectiva eurocêntrica, focando principalmente nas realizações e nas perspectivas europeias ou ocidentais, levar à exclusão das contribuições significativas dos negros e de outras culturas não europeias.

De fato, o racismo é uma questão complexa que no Brasil tem suas raízes na história colonial, essa cultura racista pode ser cultivada de diversas maneiras no ambiente escolar. As consequências que podem causar nos alunos são imensuráveis, afetando até a vida adulta.

Cavalleiro (2004), em sua obra “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil”, explora as formas como esses problemas podem se manifestar desde a infância, tanto no ambiente familiar quanto no ambiente escolar. Como por exemplo, algumas escolas terem um quadro de funcionário quase que exclusivamente de brancos, o que apresenta a falta de representatividade para a criança negra.

Outro problema apresentado por Cavalleiro (2004) no decorrer da sua obra é o preconceito dos professores. Isso significa que professores que têm preconceitos podem dar menos atenção aos alunos negros e outras minorias, não reconhecer seus talentos ou ter expectativas mais baixas para eles em comparação com seus colegas brancos.

A falta de diversidade no currículo escolar também pode ser apresentada como um dos problemas na educação. Um currículo que não representa uma variedade de perspectivas culturais pode levar a um entendimento limitado e estereotipado de diferentes culturas e etnias, como apresenta Silva (2008):

Outra forma de manifestação não-direta de discriminação é a centralidade dos currículos em perspectiva eurocêntrica (simbólica), que valoriza os aspectos de origem e influência da Europa, tomada como lócus da civilização. Paralelamente, os legados de outras origens são desconsiderados e/ou desvalorizados. O movimento negro e pesquisadores negros mantêm como uma de suas reivindicações no campo da educação o ensino de história e cultura afro-brasileiras como forma de adequar o tratamento do patrimônio cultural negro nos currículos, e de dar visibilidade ao negro na sociedade brasileira (SILVA, 2008, p. 93-94).

A demanda por inclusão da história e cultura afro-brasileiras nos currículos busca corrigir essa desigualdade, reconhecendo e valorizando a contribuição dos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira. Essa inclusão não apenas proporciona uma visão mais completa e precisa da história nacional, mas também promove a autoestima e o sentimento de pertencimento dos estudantes negros.

Os livros escolares por exemplo, não refletem a diversidade étnica da sociedade, eles podem apresentar representações estereotipadas, negligenciar figuras históricas e contribuir para uma narrativa que marginaliza ou desvaloriza os estudantes negros. Isso pode resultar em um sentimento de inferioridade e exclusão, afetando a autonomia, a motivação e o engajamento dos alunos negros. O silêncio dos professores pode perpetuar um ambiente escolar que não reconhece as relações étnicas presentes, prejudicando o desempenho acadêmico e o desenvolvimento da identidade das crianças e adolescentes negros.

Segundo Cavalleiro (2004):

O silêncio dos professores perante as situações de discriminação impostas pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros. Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de crianças e de adolescentes brancos com um sentimento de superioridade. (CAVALLEIRO, 2004, p. 32):

Ao ignorar as questões étnicas presentes no ambiente escolar, os professores perdem a oportunidade de promover o diálogo, a compreensão e a empatia entre os alunos. O silêncio diante dessas situações pode perpetuar a ideia de que o racismo é aceitável, o que pode levar crianças e adolescentes brancos a internalizarem um sentimento de superioridade e privilégio, confiante para a perpetuação de desigualdades sociais. As dificuldades de aprendizado pode também ser apontada como consequência do racismo, pois os alunos que sofrem de racismo podem se sentir desmotivados e ter dificuldades em aprender, o que pode afetar seu desempenho escolar.

Para combater essa problemática, os professores devem reconhecer a importância de abordar as questões raciais e étnicas de forma adequada e inclusiva. Eles devem estar dispostos a discutir e problematizar as representações presentes nos livros escolares, promovendo uma educação antirracista e valorizando a diversidade étnica. Além disso, é fundamental que as instituições educacionais tenham suporte e recursos adequados para capacitar os professores

nessa abordagem, fornecendo materiais didáticos que contemplem uma perspectiva mais ampla e inclusiva da história e da cultura.

É importante que os educadores trabalhem para criar um ambiente escolar que seja acolhedor para todos os alunos, independentemente de sua raça ou cor de pele. Isso inclui o desenvolvimento de políticas e práticas que reconheçam e abordem as formas como o racismo pode se manifestar na escola. Dessa maneira, a escola tem um papel crucial em criar um ambiente de aprendizado onde os alunos se sintam seguros e valorizados, e onde possam desenvolver seu potencial escolar e pessoal.

### **3. A IMPORTÂNCIA DA LUTA ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA**

Como foi possível observar nas seções anteriores, o racismo é uma questão muito presente no Brasil e tem sido objeto de debates e lutas pela igualdade racial ao longo dos anos. Desde o período colonial, o Brasil tem uma história marcada pela escravidão de africanos e seus descendentes, o que evoluiu em uma estrutura social profundamente desigual, com grande disparidade entre negros e brancos em termos de oportunidades e acesso a recursos.

A luta antirracista na educação é muito importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Apesar de ser uma das áreas da sociedade afetada, a educação é um dos principais instrumentos para combater o racismo, pois é por meio dela que formamos cidadãos críticos e conscientes, capazes de compreender as desigualdades e injustiças que permeiam a nossa sociedade. É fundamental que as escolas sejam espaços de acolhimento e inclusão, onde todos os estudantes, independente da sua cor de pele, tenham acesso a uma educação de qualidade e sem preconceitos.

Nesse sentido, a luta antirracista na educação implica em uma série de ações e práticas que visam promover a igualdade racial e o respeito à diversidade. Uma dessas ações é a inclusão de conteúdos que abordem a história e cultura dos povos afrodescendentes, indígenas e outras minorias étnicas em todas as áreas do conhecimento. Essa inclusão é necessária para que os estudantes possam entender a importância desses grupos na construção da sociedade brasileira e para combater estereótipos e preconceitos.

Com principal objetivo de combater o racismo e a discriminação racial, bem como promover a valorização da cultura e da história afro-brasileiras, surge o movimento negro no Brasil. Apesar de ter raízes históricas profundas, foi a partir da década de 1930 que o movimento

negro começou a se organizar em associações e grupos para lutar contra o racismo, que inclui questões como a representação dos negros na mídia e em outras formas de arte, o acesso à educação de qualidade, etc.

Na década de 1970, o movimento negro se fortaleceu e passou a exigir políticas públicas para a promoção da igualdade racial. Logo após surgem diversas organizações e grupos, como a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) e o Movimento Negro Unificado (MNU), que se tornaram importantes para a luta contra o racismo no Brasil.

Uma das conquistas mais importantes do movimento negro na área da educação foi a aprovação da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), que altera a Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as bases da educação no Brasil, incluindo as normas para o funcionamento das escolas, a organização dos sistemas de ensino, a formação dos profissionais da educação, as diretrizes curriculares nacionais, entre outros aspectos.

Por sua vez, a Lei nº 10.639, de 2003, alterou a LDB que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do país. Essa lei foi uma grande vitória para o movimento negro, que sempre lamentou pelo não reconhecimento da importância da cultura e história afro-brasileira.

Segundo Cavalleiro (2004, p.32), “no que diz respeito a educação, o quadro também se mostra desvantajoso para o segmento negro da população. De acordo com diversos estudos nas escolas brasileiras, o racismo aflora de inúmeras formas, ocultas ou não”. No dia a dia, é possível identificar que o racismo se manifesta de maneira velada na linguagem cotidiana e nas piadas, o que leva a minimização dessas atitudes. Dado que a sociedade foi moldada por ações racistas e normalizou certos comportamentos, situações e discursos, observa-se a presença do racismo de forma constante nas interações das pessoas.

Ao longo dos anos seguintes após a promulgação da lei, o Ministério da Educação, em conjunto com especialistas, educadores e movimentos sociais, foi elaborado as "Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais" (BRASIL, 2006). Essas orientações visam direcionar as práticas educativas como um instrumento para auxiliar as escolas na implementação efetiva da Lei nº 10.639/2003. Elas oferecem diretrizes pedagógicas, metodológicas e práticas para promover a educação das relações étnico-raciais, além de orientar as escolas sobre como abordar a temática de forma inclusiva, crítica e antirracista. (BRASIL, 2006).

Nessa direção, Gomes (2005) salienta que, “contudo, torná-los obrigatórios, embora seja condição necessária, não é condição suficiente para a sua implementação de fato.” (GOMES, 2005, p.34). Apenas estabelecer a obrigatoriedade da lei não garante que ela seja implementada de forma adequada. É necessário um monitoramento e avaliação contínuos para verificar se as escolas estão cumprindo efetivamente as diretrizes estabelecidas e se os alunos estão recebendo um ensino de qualidade sobre o tema.

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana deve ser integrado a todas as áreas do conhecimento, como literatura, música, arte, geografia, história, ciências sociais e outras disciplinas, para que os alunos tenham uma formação mais completa e contextualizada, pois permite que os alunos conheçam a história e cultura dos povos africanos e afrodescendentes, que muitas vezes são pouco inscritos nos currículos escolares. Isso ajuda a construir uma identidade nacional mais plural e inclusiva, além de contribuir para o resgate da autoestima da população negra.

Nesse processo antirracista a escola tem um papel fundamental, uma vez que é um espaço onde são transmitidos conhecimentos, valores e crenças que podem perpetuar ou combater a discriminação racial. É importante que as escolas assumam uma postura ativa e comprometida na luta contra o racismo, tanto em relação aos alunos quanto aos funcionários e à comunidade em geral.

A escola deve incluir o tema da diversidade étnico-racial em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), e em todas as atividades pedagógicas, promovendo uma abordagem crítica e reflexiva sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena. Isso porque para Munanga (2006b), em “Estratégias e políticas de combate à discriminação racial” é fundamental que os professores e gestores escolares estejam preparados para lidar com essa temática, de forma a garantir uma educação antirracista e que valoriza a pluralidade cultural do país. É preciso que o Projeto Político-Pedagógico contemple não apenas a história e a cultura dos grupos étnicos e raciais minoritários, mas também a sua presença nas diferentes áreas do conhecimento, como a literatura, as artes, as ciências.

Além disso, a comunidade escolar deve incentivar a diversidade e a inclusão, criando espaços de diálogo e convivência entre alunos de diferentes origens étnico-raciais, e adotando práticas que valorizem e respeitem a diversidade cultural. A luta antirracista na educação é uma questão essencial para a construção de uma sociedade mais justa. Como afirma Freire (1996, p.78), "a educação é um ato político, é política em si mesma". Nesse sentido, é fundamental que a educação seja um espaço de acolhimento e inclusão, onde todos os estudantes,

independente da sua cor de pele, tenham acesso a uma educação de qualidade e sem preconceitos.

Dessa forma, como foi falado anteriormente, a escola pode ser um ambiente onde o racismo é reproduzido de forma velada ou explícita. Pode ocorrer a segregação de alunos negros em turmas de menor nível socioeconômico, ou ainda, a representação negativa de personagens negros em livros didáticos ou nas atividades propostas em sala de aula. A ausência de discussões sobre a diversidade étnico-racial e a falta de representatividade de professores e funcionários negros também podem reforçar a invisibilidade e a discriminação contra pessoas negras.

A Educação Infantil no Brasil atende crianças na faixa etária de zero a seis anos. Ela é considerada uma etapa fundamental no desenvolvimento da criança, pois proporciona estímulos adequados para o seu crescimento físico, emocional, social e intelectual. Através dessa etapa, busca-se promover experiências educativas que favoreçam o desenvolvimento global das crianças, respeitando suas características individuais.

Nessa fase o racismo pode se manifestar de diversas formas, como por meio de brincadeiras que reforçam estereótipos, de materiais didáticos que não representam a diversidade étnica do país ou de atitudes preconceituosas por parte dos educadores. Deve se considerar a autoestima das crianças, levando em conta sua singularidade em termos corporais, culturais e étnico-raciais, como indica as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2006):

Falar em auto-estima das crianças significa compreender a singularidade de cada uma em seus aspectos corporais, culturais, étnico-raciais. As crianças possuem uma natureza singular que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Dependendo da forma como é entendida e tratada a questão da diversidade étnico-racial, as instituições podem auxiliar as crianças a valorizar sua cultura, seu corpo, seu jeito de ser ou, pelo contrário, favorecer a discriminação quando silenciam diante da diversidade e da necessidade de realizar abordagens de forma positiva ou quando silenciam diante da realidade social que desvaloriza as características físicas das crianças negras. (BRASIL, 2006, p.44).

Cada criança possui uma natureza única, com percepções e pensamentos individuais sobre o mundo. A forma como a diversidade étnico-racial é compreendida e abordada nas instituições pode ter um impacto significativo na maneira como as crianças valorizam sua cultura, seu corpo e sua identidade. Há uma necessidade que as instituições escolares valorizem a estética negra enaltecendo sua beleza, e características físicas presentes nas crianças negras. Isso pode ser feito por meio de elogios e incentivo à aceitação e ao orgulho de suas características naturais, como cabelo crespo, pele escura e outros traços étnicos.

Por outro lado, se as instituições silenciam diante da diversidade e não abordam a questão de forma positiva, ou se ignoram a realidade social que desvaloriza as características das crianças negras, podem inadvertidamente contribuir para a discriminação e a diminuição da autoestima dessas crianças.

É fundamental que as instituições compreendam e tratem a diversidade étnico-racial de forma positiva, promovendo a valorização e o respeito por todas as culturas, a fim de fortalecer a autoestima das crianças negras e criar um ambiente inclusivo e acolhedor para todos. Além disso, é comum que materiais didáticos e livros infantis apresentem personagens brancos como protagonistas, deixando de lado a representatividade étnica e cultural de outros grupos. Isso pode levar as crianças a internalizarem ideias de que pessoas brancas são superiores e mais importantes do que outras.

Ensinar práticas antirracistas e falar e trabalhar sobre o tema na Educação Infantil (zero a seis anos) é muito para a formação de uma consciência étnica. Desde cedo, as crianças estão expostas a uma diversidade de culturas e etnias, e é papel da educação proporcionar um ambiente que as crianças se sintam acolhidas e que seja livre de preconceitos. E a educação antirracista tem por objetivo desnaturalizar as desigualdades raciais e desconstruir essa ideia de superioridade.

Nessa perspectiva, a formação multicultural dos professores é um tema essencial na luta contra o racismo. Uma formação multicultural é muito importante para que eles possam compreender, e lidar com os desafios da diversidade cultural em sala de aula. Cavalleiro (2001), em seu livro "Racismo e Antirracismo na Educação: Repensando nossa escola". Afirma que a formação multicultural dos professores é fundamental para que eles possam desenvolver uma educação que respeite a diversidade cultural e combata o racismo, por meio do conhecimento e da valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas. (CAVALLEIRO, 2001).

Desde os primeiros contatos das crianças na escola, é necessário que promova a valorização da diversidade étnico-racial, por meio da inclusão de personagens e histórias que representem a diversidade brasileira, além de proporcionar a reflexão e o debate sobre o racismo e suas consequências, por intermédio de atividades que estimulem a empatia e o respeito ao próximo. A escola é um lugar onde as pessoas aprendem conhecimentos e desempenham um papel importante na formação das pessoas. Além de ensinar assuntos específicos, a escola também deve promover o respeito e a igualdade entre todos.

Discutir a diversidade na educação e valorizar a origem e a cultura dos negros é uma forma de mudar a situação atual do negro na sociedade. Construir um espaço mais justo não é

responsabilidade apenas da escola, mas é um aspecto muito importante na formação das pessoas e na maneira como elas se identificam racialmente. Assim, Santos (2018). evidencia que:

As vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais favorecem a identidade e a diversidade, a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza. Também é importante considerar o relacionamento e interação entre as crianças durante as manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura. (SANTOS, 2018, p.13).

Nessa perspectiva as vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais contribui na formação da identidade e na promoção da diversidade. O autor destaca como a interação com diferentes culturas e experiências pode favorecer o desenvolvimento das crianças em vários aspectos, as vivências com outras crianças e grupos culturais proporcionam oportunidades para que as crianças desenvolvam valores como respeito, tolerância, empatia e solidariedade. Ao entrar em contato com diferentes perspectivas, crenças e práticas culturais, elas aprendem a valorizar a diversidade e a conviver de forma harmoniosa com as diferenças.

A escola, dessa forma se torna uma esperança, principalmente durante a educação infantil (zero a seis anos), quando se trata da desconstrução do racismo, e uma construção de uma geração que se preocupa com o próximo. Por ser nessa fase que a criança começa a explorar o mundo ao seu redor e a construir as bases para seu aprendizado futuro. Ao trabalhar práticas antirracistas nesse período, as crianças aprendem desde cedo a valorizar e respeitar a diversidade. Elas compreendem que cada pessoa é única e possui uma história e uma cultura diferentes, e que isso deve ser celebrado e valorizado. Além disso, ao falar sobre o tema, elas aprendem a reconhecer e combater o racismo, seja ele velado ou explícito.

Diante desse cenário, os educadores e gestores de escolas devem se atentar para a questão do racismo na educação e tomar medidas para combater essa problemática. Uma das possibilidades é a inclusão de livros, brinquedos e materiais didáticos que representem a diversidade étnica e cultural do país, de forma a enriquecer o conhecimento das crianças sobre as diferentes realidades presentes na sociedade.

Outra iniciativa importante é o trabalho de formação dos educadores, a fim de que possam reconhecer e combater o racismo em suas práticas pedagógicas. Essa formação pode incluir a leitura de obras sobre a temática, a participação em cursos e palestras e a troca de experiências com outros profissionais da área.

É relevante ressaltar que ensinar práticas antirracistas não se resume apenas a falar sobre o tema, mas também sobretudo, praticá-las, afim de que as crianças vejam essas práticas sendo

colocadas em ação, seja na escola ou em casa. Somente assim elas aprenderão que o respeito à diversidade é um valor fundamental a ser praticado no dia a dia.

Falar sobre o tema com as crianças é uma forma de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É papel da educação proporcionar um ambiente acolhedor e livre de preconceitos, em que o indivíduo seja valorizado e respeitado independentemente de sua etnia ou cor de pele.

É importante que pais e responsáveis estejam atentos ao tema racismo e conversem com as crianças sobre a importância da diversidade e do respeito às diferenças. A educação antirracista começa no ambiente familiar e deve ser uma responsabilidade de toda sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como vimos, o racismo na educação é consequência da sociedade em que vivemos. Infelizmente, muitas vezes, as escolas reproduzem padrões discriminatórios que estão presentes na sociedade, seja por meio de atitudes preconceituosas de professores e funcionários, seja por meio de currículos escolares que omitem a contribuição histórica e cultural de grupos étnicos minoritários.

A Educação Infantil é um momento crucial para a formação da criança e para a construção de valores éticos e morais. Por isso, é fundamental que a escola e os educadores estejam engajados na luta contra o racismo e que promovam uma educação antirracista. Somente assim poderemos construir uma sociedade no qual todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e sejam respeitadas independentemente da cor de sua pele.

Ao combater o racismo na infância, estamos combatendo também suas manifestações futuras na vida adulta. As crianças são influenciadas pelos exemplos e comportamentos que observam ao seu redor, e se crescerem em um ambiente onde a diversidade é valorizada e a igualdade é promovida, elas estarão mais propensas a se tornarem adultos conscientes e engajados na luta contra o racismo.

Ao investirmos na educação e sensibilização das crianças desde cedo, estamos criando as bases necessárias para a superação das desigualdades raciais e a promoção de um convívio harmonioso entre todos os indivíduos, independentemente de sua origem étnica. E a escola pode ser o local que trabalhe ativamente para combater o racismo e criar um ambiente acolhedor para todos os alunos. Isso inclui treinamento em diversidade e sensibilidade cultural, garantindo que as políticas escolares sejam equitativas e que todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas.

A sociedade como um todo, possui um papel importante na construção de uma identidade positiva para os negros. Ao respeitar a cultura e as tradições afro-brasileiras, podendo contribuir para a valorização da população negra e para a promoção da diversidade. Além disso, é importante combater atitudes preconceituosas e discriminadas, denunciando e não tolerando toda, e qualquer forma de racismo.

Somente através do enfrentamento do racismo na infância e da promoção da igualdade étnica desde cedo, poderemos construir futuras gerações livres de preconceito e discriminação. Uma sociedade igualitária é construída a partir da educação e da conscientização de suas futuras gerações. A escola juntamente com outros setores é capaz de construir uma sociedade com princípios mais étnicos em relação as minorias, e que seja capaz da criação de consciência racial.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Zelinda. **Escola, racismo e violência". In: Projeto Gênero, Raça e Cidadania no Combate à Violência nas Escolas - Caderno para Professores**. NEIM/UFBA, 2005. p. 35-39.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 10.639/03. 09 de janeiro de 2003**. <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes>. Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM>Acesso em: 18 de maio de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. Editora Contexto, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. Selo Negro, 2001.

COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. O pensamento social brasileiro e a questão racial: da ideologia do “branqueamento” às “divisões perigosas”. **Revista África e Africanidades**. Ano 10 – n3. ISSN 1983-2354. 2010. Disponível em: [http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/10082010\\_16.pdf](http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/10082010_16.pdf). Acesso em mai. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 78.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 7.

GOMES, Nilma lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005, 39-61.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006a.

MUNANGA, K. **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. In K. Munanga & G. Gomes (Orgs.), Políticas de ações afirmativas em educação: experiências brasileiras (p. 7-21). São Paulo: Summus.2006b.

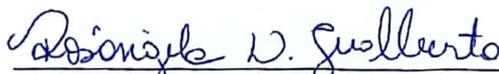
SANTOS, Raquel Amorim dos. **Currículo e Relações Étnico-Raciais: a identidade da criança negra na Educação Infantil na Amazônia Bragantina**. @ rquivo Brasileiro de Educação, v. 6, n. 14, p. 6-26, 2018.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista. **Educação e desigualdades raciais no Brasil**. Revista Chão da Escola, v. 5, n. 1, p. 33-38, 2006.

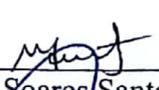
PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 45.

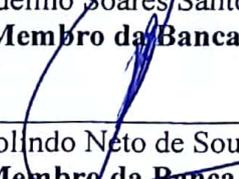
## ATA DE DEFESA DE TCC DO CURSO DE PEDAGOGIA

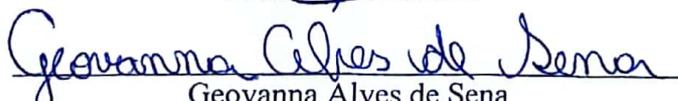
Aos **07** dias do mês de junho de 2023, às **16:00 horas**. Compareceu, às dependências da UEG - UnU de Campos Belos, a aluna **Geovanna Alves de Sena**, concluinte do curso de Pedagogia, sob orientação da professora **Rosângila Domingos Gualberto** para defender publicamente seu trabalho final intitulado **RACISMO NO BRASIL: REFLEXOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, para banca avaliadora composta pelo próprio orientador e pelos professores **Adelino Soares Santos Machado** e **Rosolindo Neto de Souza Vila Real** conforme assinaturas abaixo. Ao final da sessão, os membros da banca se reuniram secretamente e concluíram pela (x) aprovação; ( ) reprovação do trabalho, com a média aritmética de 0 (zero) a 10 (dez): 9,5. E, nada mais havendo a tratar a orientadora **Rosângila Domingos Gualberto** preencheu, fez a leitura da presente ata e proclamou o resultado, em sessão pública.



Profª Ma. Rosângila Domingos Gualberto  
**Orientadora**

  
Profº Me. Adelino Soares Santos Machado  
**Membro da Banca**

  
Profº Drº Rosolindo Neto de Souza Vila Real  
**Membro da Banca**

  
Geovanna Alves de Sena  
**Acadêmica**



## ANEXO I

### TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS.

Embasado na Lei Federal nº 9.610, de fevereiro de 1998, e na qualidade de titular dos direitos autorais, AUTORIZO, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional da UEG (RI/UEG), regulamentado pela Resolução CsU nº 1.107/2023, sem ressarcimento de direitos autorais, em consonância com a permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção científica na UEG, a partir desta data, sendo assegurado o direito ao embargo temporário da publicação em sua totalidade, à exceção dos metadados, no repositório em razão de patente ou publicação de livro e/ou artigo científico.

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Monografia (graduação)                | <input checked="" type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input type="checkbox"/> Relatório Técnico                     | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro            |
| <input type="checkbox"/> Plano de negócios                     | <input type="checkbox"/> Livro                        |
| <input type="checkbox"/> Revisão de literatura                 | <input type="checkbox"/> Projeto de software          |
| <input type="checkbox"/> Produto técnico e educacional – Tipo: |   |

Nome completo do autor(a): Geovanna Alves de Lima

Matrícula nº: 12019006392

Título do trabalho: Racismo no Brasil: Reflexos na educação infantil

Curso / Programa: Pedagogia

Câmpus Nordeste/ Unidade Campos Belos

Data de defesa: 07/06/2023

#### 2. RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com Lattes.



Os casos de restrição de acesso, previstos em regulamento, poderão ser embargados por um período de até 12 (doze) meses a partir da data de defesa. Havendo justificativa o período poderá ser prorrogado por até 12(doze) meses dependendo de solicitação formal por parte do autor, em formulário específico, e deferimento do pleito pela sua Coordenação de curso.

2.1 O documento está em processo de solicitação de registro de patente? ( ) SIM (X) NÃO

2.2 O documento será publicado como capítulo de livro? ( ) SIM (X) NÃO

2.3 O documento está em processo de submissão de artigo em revista científica? ( ) SIM (X) NÃO

### 3. DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara que:

- A produção científica especificada é fruto de seu trabalho intelectual de forma original e por isso, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não fere os direitos autorais de terceiros (pessoa ou entidade), tanto quanto lhe é viável saber.
- Existindo material/informação/dado do qual não detém os direitos de autor, assegura que conquistou a autorização do detentor dos direitos de autor para outorgar à Universidade Estadual de Goiás, os direitos requeridos por esta licença, e reitera que os materiais de terceiros estão claramente identificados/citados/referenciados no conteúdo do documento submetido.
- Caso o documento entregue seja baseado em trabalho apoiado ou financiado por outra instituição que não a Universidade Estadual de Goiás, cumpriu todas as exigências do respectivo acordo ou contrato e, portanto, não há embaraço na disponibilização.
- Está ciente do Regulamento do Repositório Institucional da UEG aprovado pela Resolução CsU nº 1.107/2023, de 28 de junho de 2023.

Campos Belos – Goiás 13 / 03 / 2024

Local e data

Geovanna Alves de Sena

Assinatura do autor(a)

Nome completo do autor(a): Geovanna Alves de Sena

Rosângela I.O. Gualberto

Assinatura do orientador (a)

Nome completo do orientador (a): Rosângela I.O. Gualberto